

*Da Deusa Xochipilli à patologização  
sexual: Os estudos etno-históricos  
sobre a diversidade sexual*

*From the Xochipilli Goddess to sexual  
pathologization: Ethnohistory  
studies on sexual diversity*

Luana P. P. Molina\*

---

**Resumo:** O artigo discute a construção histórica e cultural acerca das percepções e vivências da comunidade LGBTTT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na América Latina. Atualmente, a sexualidade humana ainda é vista através de mitos e tabus que surgiram e fixaram-se ao longo da sua construção histórica e cultural, principalmente no que se refere às temáticas da sexualidade e da diversidade sexual. Nesse sentido, sabe-se que são diversas as violências cometidas contra essas populações e em várias esferas sociais, de forma que o propósito do artigo possibilita refletir sobre os processos históricos e culturais do posicionamento social das pessoas que transpassam os limites da heteronormatividade, desde 1500 até a atualidade. Para isso, a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, com a detecção e seleção de

**Abstract:** The article intends to discuss the historical and cultural construction about the perceptions and experiences of the LGBTTT community - lesbians, gays, bisexuals, travesties and transsexuals in Latin America. Actually, the human sexuality is still seen through myths and taboos that have emerged and settled throughout its historical construction, especially with regard to the theme of sexual diversity. In These ways, it is known that there are several types of violence committed against these subjects and in various social spheres, so that the purpose of the article allows the reflection on the historical and cultural processes of the social positioning of the people that cross the limits of heteronormativity, from 1500 to the present time. Finally, reflects on the LGBTfobia and the importance of its combat, understanding that only in this way can

---

\* Professora adjunta na Universidade Norte do Paraná. Doutora em Educação. Mestra em História Social. Especialista em Psicologia Aplicada à Educação e Graduada em História. *E-mail:* luana.molina@educadores.net.br

publicações dentro da temática de forma sistemática e padronizada. Por fim, a proposta faz uma reflexão sobre a LGBTfobia e a importância do seu combate, entendendo que somente dessa maneira podemos dar pleno exercício de cidadania à comunidade LBTT.

**Palavras-chave:** Etno-Histórico. Cultura. Sexualidade.

we give full exercises of citizenship to the LBTT community.

**Keywords:** EthnoHistory. Culture. Sexuality.

---

## Introdução

Este artigo apresenta um traçado histórico e social da construção dos diversos discursos que passaram as concepções acerca da sexualidade e da diversidade sexual. Os discursos arraigados na cultura partiram da criminalização à patologização, naturalizando as relações de gênero e invisibilizando a diversidade sexual. Historicizar a maneira como a sociedade construiu paradigmas, acerca dessas vivências não heterossexuais, é compreender como as pessoas atravessaram as fronteiras de gênero e viveram suas sexualidades.

A sociedade contemporânea ainda expressa fortemente aspectos heteronormativos e desiguais quanto ao entendimento de gêneros e sexualidades, presos na dicotomia homem/mulher e em seus respectivos estereótipos. Dentre suas conseqüências, nos deparamo-nos com vivências sociais que refletem a misoginia,<sup>1</sup> o machismo, a homofobia, transfobia, além de outras formas de preconceito e exclusão.

Há um caleidoscópio de sentimentos e sensações que traçam novas possibilidades e ressignificações daquilo que se é, e de como esperam que socialmente você seja. Há um distanciamento entre o que se sente e a expectativa do que a(o) outra(o) quer que você sinta. Essas expectativas são estruturadas numa complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades.

A partir dos discursos e saberes médicos, reforçou-se cada vez mais a ideia de que há somente dois gêneros – masculino e feminino – e, conseqüentemente, só a existência de dois tipos de *sexo*. Este posicionamento levou a uma classificação binária dos sistemas genitais e da diversidade corporal. Para Berenice Bento (2008), aquilo que evocamos como um dado natural, o corpo-sexuado, é resultado dessas normas de gênero. Portanto,

[...] como afirmar que existe um referente natural, original, para se vivenciar o gênero, se ao nascermos já encontramos as estruturas funcionando e determinando o certo e o errado, o normal e o patológico? O original já nasce “contaminado” pela cultura. Antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo. O gênero, portanto, é o resultado de tecnologias sofisticadas que produzem corpos-sexuais. (BENTO, 2008, p. 550).

E quando se rompem as barreiras dicotômicas do que a sociedade entende como moral e culturalmente certo e esperado? No caso a homossexualidade, assim como a travestilidade, transexualidade e outras identidades,<sup>2</sup> que fogem da relação heterossexual e cisgênera,<sup>3</sup> e que foram ao longo dos tempos e das diferentes culturas motivos de punições, de vergonha, segregações e violências contra todas(os) aquelas(es) que atravessaram e atravessam a fronteira da heteronormatividade. Bento (2014, p. 52) acredita que, quando problematizamos essas relações dicotômicas e tão deterministas, homem/mulher, masculino/feminino, corpo/gênero, outros níveis constitutivos da identidade se liberam e compõem arranjos múltiplos fora desse binarismo.

## Metodologia

Para o desenvolvimento deste artigo, foi utilizado a revisão bibliográfica referente à temática proposta. Desta forma, ocorreu o processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento em busca de resposta à pergunta norteadora do artigo: *Como se deu a construção a construção dos estudos etno-históricos sobre a diversidade sexual na América Latina?* A esse respeito:

A revisão da literatura, também chamada “revisão bibliográfica”, “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, visa a demonstrar o estágio atual da contribuição acadêmica em torno de um determinado assunto. Ela proporciona uma visão abrangente de pesquisas e contribuições anteriores, conduzindo ao ponto necessário para investigações futuras e desenvolvimento de estudos posteriores. Enfim, ela comprova a relevância acadêmica do trabalho realizado por um pesquisador. (SANTOS, 2012, p. 91)

Este recurso metodológico para a pesquisa acadêmica demonstra o reconhecimento do aspecto cumulativo do conhecimento científico produzido acerca do assunto em desenvolvimento. Além disso, também se acredita que, no final, o seu resultado contribui para a análise que discutirá as informações encontradas no corpo literário sobre o que foi pesquisado. E foi exatamente esta a proposta que trouxemos neste artigo. A possibilidade de reunir informações acerca da temática dos estudos etno-históricos e a diversidade sexual, uma vez que sua importância impacta diretamente nos dias atuais e na forma como entendemos a sexualidade atualmente.

## **Os estudos etno-históricos sobre a diversidade sexual na América Latina**

A partir do contexto histórico-cultural dos estudos etno-históricos sobre a diversidade sexual na América Latina, realizado pelo teórico Luiz Mott (1994, p. 4), há relatos sobre a homossexualidade e o travestir-se entre os povos nativos, como os povos pré-colombianos, retratados em cerâmicas e relatados em Códices Maias, em celebrações à Deusa Xochipilli, divindade hermafrodita, protetora do amor e celebrativa da sexualidade não procriativa, que demonstra a universalidade temporal e espacial dessa manifestação humana.

Na região colonizada pelos portugueses, há relatos de que

os amores homossexuais faziam parte das alternativas eróticas socialmente aceitáveis antes da chegada dos conquistadores portugueses. Entre os Tupinambás, que ocupavam a maior parte da costa brasileira, os índios gays eram chamados de tibira, e as lésbicas de caçoaimbeguira. Eis como são descritos no Tratado Descritivo do Brasil em 1587 [...] (MOTT, 1994, p. 4).

Para Mott, o primeiro homossexual a travestir-se<sup>4</sup> de que temos notícias, no Brasil, foi um negro escravo que vivia em Salvador, denunciado, sentenciado e morto em 1591 pelo Tribunal Inquisitório de Portugal, que queimava os “sodomitas”<sup>5</sup> em praças públicas em nome da purificação da alma. Durante os três primeiros séculos de nossa história, a homossexualidade era chamada de “abominável e nefando pecado de sodomia”, um crime equiparado, na penalidade, à traição nacional e castigado com igual rigor. (MOTT, 1994, p. 98).

Nesse mesmo período colonial, em outras regiões da América do Sul, como na Argentina, eram comuns termos para referirem-se às(aos) homossexuais como: imundice, câncer, desajeitado, *manfloral/manflorón* e “homens com inclinações antinaturais”. (BAZÁN, 2004, p.75).

Termos e expressões, como “pecado nefando”, “sodomia” ou “sujidade”, eram nomes utilizados tanto para o sexo oral e anal quanto para as relações sexuais exclusivamente entre as pessoas do mesmo sexo, e simbolizavam os pecados pregados pela Teologia Medieval. O escritor João Silvério Trevisan, na obra *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade* (2007), denuncia a força da Igreja e da Inquisição, cercada de moralismos religiosos frente aos povos nativos da América. A verdade é que, entre os povos originários,<sup>6</sup> os códigos sexuais nada tinham em comum com o puritanismo ocidental do século XVI.

O padre Manoel de Nóbrega foi provavelmente o primeiro visitante a notar esse costume sodômico no Brasil, quando em 1549 comentou que muitos colonos tinham índios por mulheres, “segundo o costume da terra”. Em 1587, o português Gabriel Soares de Sousa verificava que os tupinambás “são mui afeiçoados ao pecado nefando, entre os quais não se tem por afronta; e o que serve de macho se tem por valente, e contam esta bestialidade por proeza [...]” (TREVISAN, 2007, p. 65).

Em sua pesquisa, este autor também aponta relatos sobre mulheres nativas em papéis masculinos – as *tribades*, como eram chamadas. Eram descritas em casos com outras mulheres, portando armas, realizando ofícios e com cortes de cabelos masculinos, além de utilizarem, sobretudo, o arco e flecha durante as caças. A observação segue relatando ainda que todas as obrigações devidas pelos homens num casamento eram realizadas por elas.

Diante dessas práticas, os cristãos consideravam:

[...] “frouxidão de costumes” e atribuíam evidentemente ao paganismo, não é de se admirar que os portugueses da época identificassem os indígenas com a prática da sodomia. Os conquistadores acostumaram-se a chamar os índios de “bugres” ou “gentios”. O primeiro termo (já na Idade Média) e o segundo (a partir da Bíblia) aplicavam-se indistintamente tanto ao herege quanto ao praticante da sodomia. (TREVISAN, 2007, p. 69).

A Europa dos séculos XVI ao XVIII sofreu fortemente com as punições contra a sodomia. No período da Contrarreforma, para reforçar os dogmas da Igreja Católica e punir as(os) hereges (aquelas(es) que cometiam algum tipo de ato ou questionamento contra o cristianismo vigente), retoma-se o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, para garantir as doutrinas cristãs e a moral dos bons costumes.

Dentre as possíveis punições para a homossexualidade, existiam:

[...] entre muitas, prisão, confisco de bens, banimento da cidade ou do país, trabalho forçado, marcação na pele, acoite público, morte na fogueira, morte na forca, afogamento, empalamento e até castração. Entre as vítimas podiam contar-se tanto nobres, eclesiásticos, universitários e marinheiros, quanto simples camponeses, servos e artesãos. (TREVISAN, 2007, p. 127).

Em uma de suas cartas aos governadores-gerais do Brasil, o Rei de Portugal especificou quatro graves situações que mereceriam punições da Santa Inquisição: a heresia, a traição, a sodomia e a falsificação de moedas. Os atuantes seriam condenados à morte sem qualquer apelação. Além desses quatro, havia mais de duzentos tipos de delitos graves, que deveriam ser julgados e também passíveis de pena de morte, como a feitiçaria, o homicídio e o estupro.

Assim, os primeiros colonizadores portugueses atirados na América eram, geralmente, assassinos, ladrões, judeus foragidos e gente considerada devassa e desviante, por cometer libertinagem, sodomia, bestialidade (ato sexual com animais), proxenetismo e “molície” – termo que se referia tanto aos “tocamentos” lascivos quanto à poluição fora do “vaso natural” feminino, utilizando ou não as mãos. (TREVISAN, 2007, p.111).

O Tribunal da Santa Inquisição, para a sodomia, especifica que as duas pessoas envolvidas na relação se definiam como sodomitas, tanto o penetrador quanto o receptor. O teórico James Green (2000, p. 52) pontua que, entre os anos de 1587 e 1794, a Inquisição portuguesa (tanto na metrópole quanto na colônia da América) registrou aproximadamente 4.419 denúncias a respeito da sodomia. Esses números referem-se tanto às(aos)

suspeitas(os) de praticarem a sodomia quanto àquelas(es) que forneciam confissões sobre o ato.

O autor argentino Osvaldo Bazán, em seu livro *Historia de la homosexualidad en la Argentina* (2004), também faz um percurso sobre os estudos etno-históricos da sexualidade na América:

La idea de que hay seres humanos más valiosos que otros, en este caso los heterosexuales por sobre los homosexuales, sirvió para que los primeros se sintieran con derecho y poder para hacer con los segundos, literalmente, lo que les viniera en gana. (BAZÁN, 2004, p. 21).

Em uma das passagens do seu livro, relata uma importante viagem do sexólogo norte-americano Alfred Kinsey<sup>7</sup> que, ao visitar o Peru e os museus dos povos incas, encontrou cerâmicas que retratavam “los costumbres sexuales jamás dejado por ningún pueblo antiguo. Aquí tenemos una documentación completa, sobria y realista de la vida sexual de un Pueblo [...] como representaciones del clitóris”. (BAZÁN, 2004, p. 44). Este trecho registra uma importante leitura a respeito da diversidade e prática sexual dos povos nativos, consideradas mais livres antes da chegada dos portugueses e espanhóis, além de demonstrar a existência da homossexualidade nas relações sociais, datada a partir de 1500.

Inclusive no Peru, em 2003, foi idealizado o *Museo Travestí del Peru* por Giuseppe Campuzano, que pretende problematizar o caráter histórico da noção de travestilidade nas relações coloniais e pós-coloniais no Peru. O idealizador Campuzano (2009) acredita que a cultura binária da civilização espanhola veio para silenciar costumes comuns aos povos originários, como a Tunantada. Esta é uma dança típica e popular no Peru, em que homens travestidos dançam com vestidos e máscaras bordadas à mão celebrando a ancestralidade indígena.

O autor ainda analisa que, no século XVI, o governo colonial espanhol decretou uma lei condenando a prática do “travestismo”:

Mientras los sistemas de control coloniales prohibían el travestismo y la homosexualidad para maximizar la mano de obra indígena en la producción agrícola, así como la reproducción de los criollos y sus tributos a la Corona, la sociedad colonial se mestizaba racial y

culturalmente. Paradójicamente, la Iglesia advirtió una convergencia entre los espacios de representación ritual católicos e indígenas, y la aprovechó como medio para la evangelización [...] (CAMPUZANO, 2009, p. 84).

Essas relações eróticas socialmente aceitas e praticadas pelos povos originários foram retratadas pelos cronistas europeus, principalmente porque estes se chocaram com a nudez, a sexualidade, a relação com o corpo e as práticas culturais entre as(os) nativas(os). (BAZÁN, 2004, p. 45). De forma que, ao longo dos tempos e do convívio, os povos originários passaram a ser descritos como hereges sodomitas e canibais.

Bazán (2004) ainda descreve que um dos grandes cronistas que acompanhou e narrou o cotidiano dos espanhóis, na colonização da América, foi Bartolomeu de Las Casas, que inclusive retratou a primeira matança de homossexuais nativos(as) no início da colonização de que se tem registro, na região onde atualmente se encontra o Caribe:

La afrenta que les valió la muerte a los indígenas había sido vestirse con ropas de mujer. Eso alcanzó y sobró para que fueran calificados de “sodomitas” [...] Los españoles solo vieron lo que conocían: estos hombres en ropas que los conquistadores supusieron “de mujer” desafiaban toda la construcción ética y moral que traían de la España. (BAZÁN, 2004, p. 21).

Imprimindo nesse momento a repressão europeia cristã, que, além de catequizar, impôs violentamente os costumes do Velho Mundo aos povos originários. Percebe-se que

todo fue tapada con el prejuicio y limitado concepto de “sodomia”. La palabra del español fue ley. Hasta hoy ha quedado borrada la diversidad indígena. Y hasta hoy ha llegado el castigo. Solo puede haber especulaciones. No se puede afirmar ni desmentir que aquellos indígenas traviesos hayan sido homosexuales ni qué relación habría entre un homosexual contemporáneo y las prácticas de aquellos antepasados. Lo único que puede afirmarse es que ser diferentes a los conquistadores esperaban de un hombre les valió el castigo. (BAZÁN, 2004, p. 22).



Outra noção referente ao corpo e à sexualidade imposta pelos europeus, na América, foi a ideia de relacionar sexualidade com intimidade. Mary Del Priore, no seu livro *Histórias íntimas*, retrata que os povos originários na América tinham entre os seus hábitos ações naturalizadas diante das suas sexualidades, como andar nus ou seminus, práticas eróticas e rituais estabelecidos entre os membros dos grupos indígenas. Porém, com a chegada da catequização e dos costumes cristãos inseridos com a evangelização, passaram a ser utilizados os termos *vergonha* e *pudor*, para definir tais comportamentos.

Desde o início da colonização lutou-se contra a nudez e aquilo que ela simbolizava. Os padres jesuítas, por exemplo, mandavam buscar tecidos de algodão, em Portugal, para vestir as crianças indígenas que frequentavam suas escolas [...]. Aos olhos dos colonizadores, a nudez dos índios era semelhante à dos animais; afinal, como as bestas, eles não tinham vergonha ou pudor natural. (DEL PRIORE, 2011, p. 17).

Portanto, entende-se que foi aprendido, ao longo dos tempos, que era preciso se envergonhar diante de coisas oriundas da natureza sexual, desde os olhares, gestos e as palavras. Somado a isso, inclui-se a ideia de que o pudor foi uma consequência direta do processo civilizatório, e quem a desafiasse seria punido(o) com a fogueira da Inquisição. (DEL PRIORE, 2011).

Neste momento também se iniciaram projetos para constituir uma medicina legal na busca de definir o perfil do “antifísico”, que, segundo Mary Del Priore (2011, p. 95), seriam os(as) humanos(as) indomáveis, com atitudes animais, e no qual se enquadravam as(os) homossexuais. Percebe-se então, neste momento, na América, que a homossexualidade passa a ser objeto de estudos clínicos, reproduzindo o que já estava ocorrendo na Europa.

No decorrer do século XVII, instalou-se a presente ideia de práticas não heterossexuais e/ou cisgêneras como doença e escárnio no novo mundo. Observou-se um combinado da aversão moral e religiosa com as teorias de distúrbios psicológicos, falta de “escapes normais” e “criação moral imprópria”. (BAZÁN, 2004, p. 80). Esta ideia será reforçada ao longo dos próximos séculos, revestida pela *ciência* da normalidade/anormalidade da sexualidade humana.

Na Argentina, no período da metade do século XIX, foi lançada uma literatura de ficção chamada *El matadero*, de Esteban Echeverría. Nela, conta-se a história de um jovem garoto que, ao passar em frente a um matadouro, foi capturado pelos homens que ali trabalhavam e levado a um casebre. Lá ele foi despido e tentaram violentá-lo pelo ânus. A partir desta publicação e de sua repercussão na sociedade argentina, Bazán analisa como foram construídas as associações das relações homossexuais, através das práticas de violência e, portanto, o início de uma educação homofóbica:

Así queda fundada la literatura argentina: uniendo homosexualidad con violencia, honor con virgindad anal y sodomía con federales. Obsesivamente, la estigmatización del diferente firmaba la partida de nacimiento de la cultura nacional. La educación homofóbica había dado resultado. El homosexual no era alguien con una sexualidad diferente a la de la mayoría. Era un salvaje asesino. Y el honor, también obsesivamente, iba a radicarse para siempre, absurdamente, en el culo, que es lo que todo argentino sabe que no debe dejarse tocar. (BAZÁN, 2004, p. 82).

Outra referência literária citada pelo autor é *La Refalosa*, de Hilario Ascasubi, que também recria esta mesma relação entre homossexualidade e violência. Neste caso, a história se constitui através de uma ameaça entre um baderneiro e um degolador. Segundo Bazán (2004, p. 84), o que mais impressiona nesta obra é que o primeiro beijo entre os dois personagens do mesmo sexo foi comparado ao abate lento, à tortura e à humilhação.

Conforme reconstruímos histórica e culturalmente, o entendimento da diversidade sexual e de suas práticas na América, presenciamos marcas da marginalização, do silenciamento e do incansável combate para naturalizar e afirmar socialmente as relações heteronormativas e a constituição dos papéis masculino/feminino, dentro de uma percepção religiosa, que foi constantemente reafirmada, através da catequização europeia e posteriormente no período da colonização.

Foi somente com a Independência do Brasil, em 1822, que houve a extinção do abominável tribunal da Inquisição e a sodomia deixou de ser

crime. O Imperador do Brasil naquele momento, D. Pedro I, promulgou o Código Penal Imperial, que entre outras provisões eliminava qualquer referência à sodomia. (GREEN, 2000, p. 55).

Porém, ressalte-se que, nesta legislação, influenciada pelo Código de Napoleão, consta um artigo, o 280 do Código Brasileiro, que puniria os atos públicos de indecência. Green (2000, p. 55) declara que, a partir desta brecha judicial, surge uma margem para que a polícia pudesse então determinar o que constituiria ou não um ato de indecência. Como consequência, houve o controle das condutas homossexuais, da travestilidade e transexualidade, por meios indiretos e restringindo-as cada vez mais aos espaços unicamente privados.

O crime era descrito como: “Offender aos bons costumes, com exhibições impudicas, actos ou gestos obscenos, atentatórios do pudor, praticados em lugar publico ou frequentado pelo publico, e quem, sem ofensa a honestidade individual de pessoa, ultrajam e escandalizam a sociedade”. [...] Essa provisão, um item importado e revisto do Código Penal Imperial de 1830, fornecia a base legal para controlar qualquer manifestação pública de comportamento homoerótico ou homossexual. Com uma redação abrangente, a polícia ou um juiz tinha ampla liberdade para definir e punir, como ato impróprio ou indecente, comportamentos que não se adequassem às construções heterocênicas. (GREEN, 2000, p. 57).

Nesta inserção histórica, ressalta-se que, no ano de 1889, com a proclamação e instalação da República do Brasil, foi aprovado um novo Código Penal. No entanto, não trouxe nenhuma mudança quanto à descriminalização das práticas homossexuais, da travestilidade e transexualidade. (GREEN, 2000, p. 58). Mais do que isso, neste momento iniciou-se, por meio de um processo sociocultural, a redefinição dessas identidades e orientações sexuais como uma doença/perversão sexual.

A esse aspecto, Luiz Mott pontua:

Com o fim do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição (1821) e a subsequente medicalização da homossexualidade, quando então se cunhou o termo “homossexual” (1869), não mais os padres, mas os delegados de polícia passaram a reprimir os infelizes, a que chamavam de “pederastas”, sob alegação de atentado ao pudor e

aos bons costumes. Para justificar e racionalizar a perseguição policial, os cientistas da época inventaram teorias as mais estapafúrdias e terapias as mais cruéis (chegaram até a realizar implante de testículo de macaco nos indefesos “uranistas”), tendo como inspiração a mesma ideologia machista que obriga o homem ao desempenho de papéis sociais violentos, castrando-lhe sentimentos delicados, antagonizando maniqueisticamente o masculino e o feminino. Como magistralmente declarou a Dra. Hevelyn Hooker, respeitada psicóloga norte-americana dos anos 1940, em vez de neutralidade científica, os médicos (e, acrescento eu, os advogados, juristas e juízes) passaram à vil condição de “cães de guarda da moral dominante”, substituindo os inquisidores na repressão aos amantes do mesmo sexo. (MOTT, 2006, p. 510).

Já no mesmo período, na Argentina, o então presidente do final do século XIX, Bartolomeu Mitre, também reformulou e apresentou um novo Código Penal para o país. Neste código, assim como no Brasil, não houve a descriminalização da homossexualidade, travestilidade e transexualidade, na verdade, neste caso, elas simplesmente deixaram de ser mencionadas na Lei: “*Aquello que merecia la hoguera en la legislación anterior no era siquiera mencionado ahora*”. (BAZÁN, 2004, p. 91).

A associação entre homossexualidade e doença foi reforçada e discutida amplamente na América no final do século XIX, especificamente no Rio de Janeiro, com o jurista Francisco José Viveiros de Castro, professor criminal na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e desembargador, com a publicação da sua obra *Attentados ao Pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual*. (GREEN, 2010, p. 86). Esta obra incluía aspectos referentes às atividades homossexuais como um problema médico, cujas teorias se baseavam em informações em obras de sexólogos europeus.

Embora não oferecesse contribuições teóricas, originais ao estudo da homossexualidade, sem dúvida o jurista brasileiro estava em dia com as ideias mais recentes importadas da Europa a respeito dos “invertidos”, chegando a utilizar este termo, que acabara de ser popularizado na França. Porém, Viveiros de Castro não apresentou ao leitor uma teoria médica clara e exclusiva sobre a homossexualidade, e sim um *pot-pourri* de explicações sobre a natureza e as causas da inversão sexual, citando uma série de médicos, sexólogos e psiquiatras [...] tais opiniões abrangiam desde

a ideia de que a inversão sexual era congênita, patológica e hereditária, até a teoria de que se tratava de um comportamento adquirido. (GREEN, 2010, p. 86).

No ano de 1906, o médico José Ricardo Pires de Almeida publicou uma monografia sobre a homossexualidade e travestilidade, também na cidade do Rio de Janeiro, intitulada *Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro): estudo sobre as perversões do instinto genital*. Foi através desta obra que se popularizou, no meio da área da saúde, o termo homossexualismo, e impactou toda a comunidade médica ao descrever as famosas travestis da cidade. A análise partia das condutas sociais e sexuais, vestimentas e linguajares, para explorar as teorias que embasavam o caráter de enfermidade. (GREEN, 2010, p. 88).

Na Argentina, cidade de Buenos Aires, o médico Juan Madera, preocupado com questões envolvendo a moralidade e a garantia da propagação da espécie humana, tornou-se um ativista contra a diversidade sexual e anunciava em rádios e nas ruas que as(os) homossexuais e as travestis “*destruyen la moralidad y son del todo contrario a la propagación de la especie humana*”. (BAZÁN, 2004, p. 79).

A respeito desse ativista e sobre seus discursos,

como hombre cosmopolita que era, dio clases sobre lo que ocurría en el mundo: “Esta degradación da especie humana es castigada en todos los países del mundo con la pena de muerte como se puede ver en todos los códigos y aun en los nuestros [...] (BAZÁN, 2004, p.79).

Nas décadas seguintes, principalmente no início do século XX, existiram diferentes modos pelos quais os médicos, as instituições legais e psiquiátricas, núcleos familiares e religiosos contribuíram para evitar e tratar a homossexualidade e todas as diversidades sexuais. Os especialistas da área da saúde consideravam o comportamento homoerótico patológico e apresentavam a necessidade de assistência médica e/ou psicológica para curar o indivíduo.

Portanto, centrado no caráter de enfermidade, presentes nos códigos de moralidades tradicionais e amparados pelos dogmas da Igreja Católica, tudo que não fosse heterocêntrico se transformou em repressão e controle:

Muitos membros da família tentavam reprimir e controlar o que consideravam uma conduta embaraçosa e imprópria de parentes envolvidos em relações sexuais “perversas”. Quando fracassavam, às vezes recorriam à intervenção do Estado. A polícia, justiça e medicina trabalhavam em uníssono para conter e controlar esse “desvio”. Presume-se que esse tipo de pressão institucional a fim de desencorajar atividades homossexuais servia para disciplinar e desmoralizar alguns indivíduos, que acabariam por reverter a um estado de normalidade heterossexual. (GREEN, 2000, p. 191).

Um dos métodos terapêuticos utilizados, a partir da década de 1930, nos hospitais psiquiátricos que recebiam homossexuais, foi o tratamento de choque, que surgiu nos Estados Unidos em 1935. Green (2000, p. 193) esclarece que, além desta intervenção, existiam outras *terapias*, como a *convulsoterapia*, que consistia em injetar o medicamento cardiazol com altas dosagens, para provocar ataques epiléticos, e a *insulinoterapia*, que por sua vez causava choque hipoglicêmico.

Assim, da criminalidade à doença, as sexualidades que não correspondiam à heterossexualidade só conseguiram deixar de ser uma enfermidade com o avanço das forças dos movimentos sociais, que influenciaram o avanço de novas pesquisas, a partir da década de 1960. Na atualidade, ainda vivencia-se uma luta de enfrentamento social a favor do reconhecimento dos direitos das(os) homossexuais, transexuais, travestis e outras orientações e identidades sexuais.

## Conclusão

A análise cultural do processo histórico da sexualidade humana, na América Latina, nos dá o subsídio para compreender a criminalização e patologização que ocorreu e ainda ocorre, nos aspectos da diversidade sexual. Na atualidade, uma das consequências dessa visão é LGBTfobia, termo que se refere às violências físicas e psicológicas dirigidas à comunidade LGTBTT.

A emergência de outras identidades, no cenário contemporâneo, coloca em evidência o processo de descentralização do sujeito, no qual proliferam

as possibilidades identitárias e que se acentuam as diferenças. A íntima relação entre LGBTfobia e normas de gênero é traduzida por meio “das noções de crenças e valores sociais, perpassando atitudes, edificações de hierarquias opressivas e mecanismos reguladores discriminatórios”. (JUNQUEIRA, 2009, p. 370). Assim, pode comportar drásticas consequências a qualquer pessoa que ouse descumprir os preceitos socialmente impostos, em relação ao que significa ser homem e ser mulher.

A negação ao “outro”, segundo Lúcia Facco (2009), faz parte do processo discriminatório, em que as leituras das diversas identidades alheias, baseadas em preconceitos e estereótipos, sustentam e perpetuam as práticas discriminatórias.

À vista disso, ao analisar os discursos que se formaram a respeito das diversas orientações e identidades sexuais, pode-se compreender melhor como ocorreu e ocorre a negação ao outro enquanto ser sexualmente não heteronormativo. Por fim, entender este processo e combater práticas preconceituosas nos dá alicerce a políticas públicas para essas populações saírem da situação de vulnerabilidade social, e contextualizar o que pode ser feito em termos de Direitos Humanos e a busca por espaços sociais democráticos, quanto às vivências da diversidade sexual.

## Notas

---

<sup>1</sup> O termo misoginia refere-se à aversão ao gênero feminino.

<sup>2</sup> Entendem-se outras identidades como uma gama possível de vivências, de particularidades e realidades distintas dentro da sexualidade. Para Leandro Colling (2011), há uma amplitude de diversidades que contemplam a humanidade, inclusive, nos aspectos da sexualidade. Por isso, em se tratando das sexualidades e dos gêneros, entende-se que há diversas formas de “ser” e “vivenciar” as heterossexualidades, homossexualidades: bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, intersexos, homens e mulheres.

<sup>3</sup> O conceito cisgênero refere-se ao indivíduo cuja identidade de gênero está em consonância entre o sexo biológico e o gênero que lhe foi atribuído ao nascer. (LOURO, 2004, p. 45). Ou seja, os nascidos com pênis se reconhecem como homens e as nascidas com vagina se enxergam como mulher. O prefixo *cis* vem do latim e significa “do mesmo lado”, e passa a ser utilizado a partir de meados da década de 1990.

<sup>4</sup> Pela falta de materiais historiográficos sobre o período descrito pelo Prof. Luiz Mott, não se sabe exatamente se era um homossexual que se travestia, se era um homem cisgênero, um transexual ou um transgênero. Isso ocorre devido ao próprio período histórico, em que não há especificidades a respeito das identidades. Por isso, parte-se da premissa do documento: um escravo homossexual e travesti.

<sup>5</sup> O termo, muito utilizado para referir-se aos homossexuais de maneira pecaminosa

e condenatória, surge a partir de uma cidade que foi relatada no Antigo Testamento. A história narra a destruição desta cidade por Deus, que ficou enfurecido pelos supostos pecados que ocorriam em Sodoma e Gomorra. Este relato/extermínio se converteu em símbolo por excelência do juízo de Deus.

<sup>6</sup> Nesta pesquisa utilizaremos a expressão “povos originários”, pois compreendemos que o conceito de índio/indígena pode ser considerado em muitos casos um equívoco, uma vez que, quando os europeus chegaram à América, acreditavam estar na Índia, pois até então nosso continente era desconhecido. Sendo assim, o termo *índio* foi utilizado de forma indiscriminada para todas as populações encontradas. (COLLET; PALADINO; RUSSO, 2014).

<sup>7</sup> O professor e investigador Alfred Kinsey tornou-se conhecido pela publicação do Relatório Kinsey pela Universidade de Indiana, nos anos de 1948 e 1953, causando uma verdadeira revolução sexual, dado o momento cultural e histórico do período. Kinsey defendeu questões envolvendo a sexualidade humana, acreditando que todos os comportamentos sexuais, que eram até então considerados desviantes, fossem na verdade normais e, em particular, que o comportamento heterossexual era compulsório, devido às inibições culturais e aos condicionamentos sociais. Este teórico opôs-se à dicotomia heterossexual/homossexual, e retratou a sexualidade baseado em atos e condutas sociais e diversas. (GAGNON, 2006, p. 184).



## Referências

- BAZÁN, Osvaldo. *Historia de la homosexualidad en la Argentina: de la conquista de América al siglo XXI*. Buenos Aires: Marea, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Continuación de la historia de la homosexualidad en la Argentina: hasta la ley de identidad de género*. Buenos Aires: Marea, 2014.
- BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- \_\_\_\_\_. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. *Revista Florestan*, ano1, n. 2, p. 46-66, 2014.
- CAMPUZANO, Giuseppe. Andróginos, hombres vestidos de mujer, maricones... el Museo Travesti del Perú. *Revista Bagoas*, n. 4, p. 79-93, 2009.
- COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. *Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Laced, 2014.
- COLLING, Leandro; SANTOS, Matheus Araujo. O corpo intersex e a politização do abjeto em XXY. *Revista Intexto*, Porto Alegre, v. 2, n. 25, p. 234-250, 2011.
- DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011.
- FACCO, Lúcia. As “diferenças” na literatura infantil e juvenil nas escolas: para entendê-las e aceitá-las. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2009.
- FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, p. 105-115, jan./abr. 2004.
- GAGNON, John. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- GREEN, James Naylor. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.
- JAUREGUI, Carlos. *La homosexualidad en la Argentina*. Buenos Aires: Tarso, 1987.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2009. p. 367-445.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MOTT, Luiz. Etno-história da homossexualidade na América Latina. In: SEMINARIO TALLER DE HISTORIA DE LAS MENTALIDADES Y IMAGINARIOS. Pontificia Universidad Javerina de Bogotá, Colômbia, 1994.
- \_\_\_\_\_. A construção da cidadania homossexual no Brasil. *Democracia viva. Espaço Aberto*, n. 25, p. 98-102, jan./fev. 2005.
- \_\_\_\_\_. Homo-afetividade e direitos humanos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 508-521, maio/ago. 2006.
- PARKER, Richard Guy. *Abaixo do Equador: culturas de desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Valdeci. O que é e como fazer “Revisão de Literatura” na pesquisa teológica. *Fides Reformata*, v. XVII, n. 1, p. 89-104, 2012.

SIVORI, Horacio Federico. Identidade homossexual e identidade militante: modelos de representação política nas

origens do ativismo GLBTT Argentino. *Cadernos CERU*, série 2, v. 20, n. 1, jun. 2009.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2007.